



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 194491-6/01 - Comarca do Recife

Agravantes: Sheilla Cândido Teixeira Diniz e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - GSE. VINCULAÇÃO AO SOLDADO. IMPOSSIBILIDADE. LCE Nº 32/2001. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS. RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. Ação ordinária com pretensão de fazer valer a vinculação de Gratificação de Serviços Extraordinários incidente sobre o soldo. 2. A LCE nº 32/2001 ao vedar a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo, determinou, também, a transformação da GSE em parcela autônoma e desvinculada para o futuro da base de cálculo em que foi concedida. 3. Não há direito adquirido a regime de composição salarial de servidores diante da modificação de critérios para o futuro, desde que garantida a irredutibilidade de vencimentos, como na espécie. 4. Não há direito adquirido a regime de composição salarial de servidores diante da modificação de critérios para o futuro, desde que garantida a irredutibilidade de vencimentos, como na espécie. 5. Não restou vulnerado, portanto, o art. 5º, XXXVI da CF/88. 6. Recurso de agravo improvido. 7. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 194491-6/01, supra referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos da ementa, e do voto da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Substituto Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 194491-6/01- Comarca do Recife

Agravantes: Sheilla Cândido Teixeira e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão que negou seguimento ao apelo, mantendo assim a decisão que rechaçou o pleito dos ora agravantes de incorporação aos seus vencimentos da Gratificação de Serviços Extraordinários.

Segundo os agravantes, a decisão combatida está violando seus direitos adquiridos à percepção da GSE, conforme determina o art. 115 da Lei nº 10.426/90, requerendo, ao final, o provimento do presente integrativo a fim de que seja reformada a decisão impugnada, reconhecendo o direito à percepção da GSE no percentual de 100% (cem por cento) incidente sobre o soldo.

É o relatório.

VOTO

A Lei Complementar nº 32/2001 ao vedar a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo, determinou, também, a transformação da GSE, então percebida pelo agravante, no mês anterior ao da sua entrada em vigor, em parcela autônoma e desvinculada para o futuro da base de cálculo em que foi concedida.

A natureza da GSE se encontra entre as que não se incorporam aos vencimentos ou proventos, pois se trata de vantagem *propter laborem*, incluída na categoria das gratificações especiais, as quais só devem ser percebidas enquanto o servidor estiver prestando o serviço que a enseja.

Por fim, o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, é seguido por esta Corte de Justiça, de que, não há direito adquirido a regime de composição salarial por parte dos servidores públicos, desde que respeitado o *quantum* remuneratório, amolda-se ao caso tela.

Diante de todo o exposto, entendendo não vulnerados o art. 5º, XXXV, da CF/88, e os arts. 22, 80 e 115, todos da Lei nº 10.426/90, nego provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator